



Público

04-04-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885

Temática: Política
Dimensão: 1061 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 6

CORONAVÍRUS

A crise vivida dentro da máquina de fazer leis do Governo

Mais de 100 diplomas em cerca de um mês só sobre covid-19. Secretário de Estado que gere produção legislativa conta como a equipa se adaptou à emergência. Incluindo no fim-de-semana

Marta Moitinho Oliveira

Trabalhar no Governo é muitas vezes intenso, mas uma crise de saúde pública com graves consequências na economia torna tudo mais exigente. É preciso fazer leis em poucos dias, adaptar equipas para esticar as horas de trabalho e não desperdiçar ajudas que vêm de fora. André Caldas, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), conta ao PÚBLICO como se vive a crise no coração do processo legislativo.

A 2 de Março, o executivo de António Costa aprovou o primeiro diploma relacionado com o novo coronavírus. Pedia-se então aos serviços públicos que tivessem planos de contingência para lidar com um problema de saúde pública que tinha começado na China, mas que rapidamente tinha chegado à Europa, com especial incidência em Itália. Em nove dias, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que a covid-19 se tinha transformado numa pandemia.

No edifício da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), na Rua Professor Gomes Teixeira, em Lisboa, os motores aqueceram: foi declarado o alerta, aprovaram-se mais meios e poderes para o Ministério da Saúde e avançou-se com o primeiro pacote de apoio a famílias e empresas. Costa anunciou o fecho das escolas e Portugal ficou em casa. Veio o estado de emergência, "inédito à luz da Constituição de 1976", sublinha o secretário de Estado da PCM, o que exigiu uma

"resposta célere do Governo" na produção de leis.

Até ontem, "o Governo submeteu à Assembleia da República seis propostas de lei, aprovou 16 decretos-lei, dos quais 12 já se encontram em vigor, dois decretos, oito resoluções do Conselho de Ministros, 11 portarias e 59 despachos". Ao todo, são 102 peças legislativas.

Para albergar toda esta legislação, foi criada uma "área específica no site" do *Diário da República* electrónico. A informação está organizada por temas e cronologicamente. O objectivo é que as leis estejam "acessíveis a todos os cidadãos" numa altura em que o poder executivo toma decisões que interferem com liberdades individuais como, por exemplo, viagens e saídas de casa. O Governo tem procurado também que as leis tenham uma "linguagem clara" e menos técnica.

Mês e meio em poucos dias

A equipa que trabalha no gabinete de André Caldas e mais directamente na produção de legislação é constituída por dez pessoas (com formação jurídica), além do secretário de Estado, apoiados por três secretárias e uma auxiliar.

A máquina de fazer leis teve de se adaptar para dar a resposta ao aumento de trabalho. "Houve necessidade de ajustar alguns processos de trabalho. As equipas da PCM foram divididas, uma parte trabalhando a partir de casa e outra a partir do gabinete, com rotatividade quinzenal", explica Caldas. Para quem fica no edifício, ao almoço privilegiam o refeitório, mas ao jantar têm recorri-

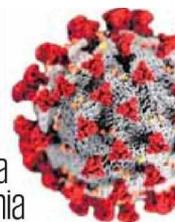
do a serviços de *take-away*.

"A equipa que trabalha a partir de casa faz um horário tendencialmente mais prolongado no período nocturno, para assegurar a continuidade de tarefas não concluídas no período diurno", adianta o secretário de Estado, que, por ser o *pivot* do processo legislativo no Governo, tem assento no Conselho de Ministros.

Tal como nas empresas em geral, as reuniões entre as equipas da PCM e com as de outros ministérios são feitas por videoconferência. E "os fins-de-semana tomaram-se dias normais de trabalho", relata.

André Caldas, que já foi chefe de gabinete de Mário Centeno, diz que nesta fase "há um aumento de horas de trabalho", mas ressalva que o desempenho é "sempre muito elevado". O governante admite que no "curto prazo" não seja de excluir o reforço específico das equipas desta área governativa. Afinal de contas, "um diploma, em regra, tramita em um mês e meio, nos termos do regime de organização de funcionamento do Governo. Os diplomas de resposta à pandemia tramitam em apenas poucos dias."

A exigência é alta, mas o responsável pela coordenação do processo legislativo considera que as equipas têm estado à altura. E nem as rectificações que tiveram de ser feitas a diplomas — como aconteceu no caso do *layoff* simplificado quando o Governo impôs que as empresas que aderissem a este regime



Diário da pandemia

25 mil espectáculos sem efeito
 Mais de 24.800 espectáculos foram já cancelados, adiados ou suspensos desde 8 de Março, revelou a Associação de Promotores e Espectáculos, Festivais e Eventos. O número vai "aumentar exponencialmente" face à renovação do estado de emergência até dia 17.

RICARDO LOPES



André Caldas é secretário de Estado, mas vai a Conselho de Ministros

não podiam despedir — levam Caldas a fazer uma avaliação menos positiva. "O número de rectificações propriamente ditas, por número total de diplomas, não parece ser significativamente superior ao normal, o que representa um sucesso, atenta a redução sensível de tempo disponível para a sua produção", diz.

A prata da casa está a responder ao desafio, segundo Caldas, mas de fora têm chegado

ajudas que descreve como um "esforço de mobilização cidadã". "A PCM tem recolhido sugestões que diversos advogados têm voluntariamente remetido." Na elaboração dos decretos do estado de emergência contaram com contributos dos outros ministérios, a que juntaram as experiências do que está a ser feito noutros países, bem como as sugestões do grupo que monitoriza o estado de emergência (isto já no caso da renovação).

marta.oliveira@publico.pt

